

Feliz Ano Velho: Nação outra vez em defesa da Petrobrás



Ameaçada por um número cada vez maior de denúncias de corrupção, sempre amplificadas por uma mídia tão cartelizada quanto o ramo das empreiteiras no País, a Petrobrás se encontra cercada por interesses privatistas e entreguistas, nacionais e estrangeiros, dificultando o cumprimento de sua missão, voltada para o desenvolvimento e para a Soberania Nacional. A AEPET manifesta seu total repúdio ao processo de corrupção e uso político partidário de que a Companhia e seu Fundo de Pensão estão sendo vítimas, mas alerta também para os interesses escusos que, como sempre, estão por trás dessas ondas de denúncias. O objetivo prioritário no momento é excluir a empresa como operadora única do pré-sal, mas voltam revigorados também os defensores da privatização e chegam a sugerir até que a empresa arque com as dívidas trabalhistas de seus fornecedores.

3 AEPET ratifica seu repúdio à corrupção e uso político da Petrobrás

4 Petroquímica sem, competitividade, não interessa à Petrobrás

5 Estrutura da Petrobrás limita Diretoria de Governança

6 “É preciso blindar os investimentos dos Fundos de Pensão”

Décio Bottechia Jr

8 Quem governará a governança?

José Augusto Ribeiro

Editorial

2015: mais uma vez em defesa da Petrobrás

A Petrobrás e seu corpo técnico, com tantos serviços prestados ao desenvolvimento do Brasil, estão mais uma vez sob severo ataque, configurando outro capítulo dramático de uma história iniciada em 8 de dezembro de 1951, quando o presidente Getúlio Vargas enviou ao Congresso mensagem com o projeto de lei que criava a Petróleo Brasileiro S/A, com o objetivo de “levar efeito a pesquisa, a extração, o refino e o transporte do petróleo e seus derivados”.

Ameaçada por um número cada vez maior de denúncias de corrupção, sempre amplificadas por uma mídia tão cartelizada quanto o ramo das empreiteiras no País, a empresa se encontra cercada por interesses privatistas e entreguistas, nacionais e estran-

geiros, dificultando o cumprimento de sua missão, voltada para o desenvolvimento e para a Soberania Nacional. Tais vozes “moralistas” se calam, porém, quanto à tercerização e aos contratos EPC, que mantêm a Petrobrás refém de cartéis corruptores ou empresas que agora querem devolver indústrias do setor petroquímico inviabilizadas pela política econômica desindustrializante das últimas décadas.

Em dezembro, a cotação das ações da Petrobrás atingiu o menor patamar na década, enquanto a Companhia era processada nos EUA por dano a acionistas, prerrogativa que passou a existir após a colocação de papéis na Bolsa de Nova Iorque, ainda no nefasto governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. A situação é agravada pela queda na cotação internacional

do petróleo, algo que interessa a quem pretende atingir, de uma só tacada, a Rússia, o Irã, a Venezuela e o pré-sal. Vale lembrar que além dos acionistas nos Estados Unidos, temos problemas com os trabalhadores brasileiros que usaram o FGTS para a compra das ações: certamente, eles irão à CVM.

Como sempre fez desde a sua fundação, a AEPET ratifica seu repúdio à corrupção e uso político da Petrobrás (ver nota na página 3), empresa que é produto da mobilização dos brasileiros em torno do sonho da auto-suficiência energética. Ao que tudo indica, falharam os procedimentos de auditoria interna e a recém criada Diretoria de Governança, apesar de oferecer uma ação mais preventiva, está ligada à Diretoria Executiva, e não ao Conselho de Administração,

instância máxima de uma sociedade anônima.

“No momento em que se pretende garantir independência ao controle, caberá também ao novo diretor a aprovação de projetos e isto cria um conflito de interesses”, observa o representante eleito dos funcionários no Conselho de Administração, Silvio Sinedino, que está deixando a presidência da AEPET devido ao encerramento do mandato para dar lugar ao engenheiro do Cenpes, Felipe Coutinho, cuja eleição traz a certeza de renovação para nossa entidade. ☉



Petróleo Política Oleo Leilão Ciência e Tecnologia AEPET ALERJ Aposentadorias Aposentados Leilão de Xisto Gás de Xisto Carvão Salinial Direitos Humanos Direitos Trabalhistas Desigualdade Social Educação Manifestações Morte do jornalista Paulo Passarinho Fúria Livre Xingu mst Comperj Dívida Pública Cuba Irã Salário Vila Autódromo paralisação dos servidores CRI do petrobrás Salário caso Jufza Argentina

Debate Brasil TV

“A verdade dos fatos sem o controle da grande mídia”

ORDEM E PROGRESSO

Canal YouTube AEPET

APRESENTADOR:
Paulo Passarinho

AEPET
Associação dos Engenheiros da Petrobrás

Expediente



Av. Nilo Peçanha, 50 Grupo 2409
Centro - Rio de Janeiro-RJ
CEP: 20020-100
Tel.: 21 2277-3750
Fax 21 2533-2134

Presidente:
Silvio Sinedino

Vice-Presidente:
Fernando Siqueira

Diretor Administrativo:
Henrique Sotoma

Vice-Diretor Administrativo:
Pedro Francisco de Castilho

Diretor de Comunicações:
Ronaldo Tedesco

Vice-Diretor de Comunicações:
Paulo Sérgio Decnop Coelho

Diretor de Assuntos Jurídicos:
Paulo Teixeira Brandão

Vice-Diretor de Ass. Jurídicos:
Carlos Roberto dos S. Galdeira

Diretor de Pessoal:
Francisco Soriano de Souza Nunes

Vice-Diretor de Pessoal:
Raul Tadeu Bergman

Diretor Cultural :
Rogério Loureiro Antunes

Vice-Diretor Cultural:
Francisco Isnard Barrocas

Conselho Fiscal
Efetivos: Ricardo Moura de A. Maranhão, Sydney Granja Afonso, Ricardo Latgé de Azevedo

Suplentes: Guilherma Vaz do Couto, Artur de O. Martins, Clóvis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Jorge Gomes de Jesus
Aepet-BR: Paulo Teixeira Brandão
Aepet-Macacá: José Carlos L. de Almeida
Aepet-NS: Ricardo Pinheiro Ribeiro
Aepet-SE/AL: Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Angra dos Reis: Alexandre Guilherme
Brasília: Velocino Lourenço Tonietto
Vitória: Paulo Weimar Perdigão Magalhães

Rio Grande do Sul: James Chang
Santos/SP: Carlos Alberto Amaral Ribeiro e Rogério Picado

Redação

Editores:
Alex Prato (MTB 15542) e Rogério Lessa (RJ 21.221JP)

Colaborador: José Luiz Sombra

Projeto Gráfico:
Luiz Fernando Nabuco

Arte / Ilustração: Amorim

Diagramação: Geraldo Machado

AEPET ratifica seu repúdio à corrupção e uso político da Petrobrás

A AEPET – Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS vem manifestar seu total repúdio ao processo de corrupção e uso político partidário de que a PETROBRÁS está sendo vítima, comprometendo sua imagem, credibilidade e capacidade para desempenho de sua missão para a Soberania do Brasil. A Companhia tem 88 mil técnicos sérios, competentes e honestos, que não podem ser denegridos por meia dúzia de indivíduos que, nomeados para atender objetivos de políticos, abriam mão de seu caráter.

A PETROBRÁS foi criada em 1954, como resultado da maior campanha cívica do País “O petróleo é nosso”. Nestes 61 anos, a despeito daqueles que sempre atuaram no campo oposto, o do entreguismo, ela firmou-se como a maior empresa do País, saindo de zero em reservas provadas, para os 70 bilhões de barris atuais; criou tecnologias únicas no mundo; fomentou a indústria nacional, assumindo o protagonismo no desenvolvimento do Brasil.

Neste momento difícil, a AEPET cumpre sua obrigação de sair em defesa da sua razão de existir: a Petrobrás, seus empregados e a Soberania Nacional. Por sinal, foi a partir do momento em que a diretoria da Petrobrás passou a desconsiderar a opinião dos técnicos e tomar decisões políticas, de cima para baixo, que a empresa ficou muito mais vulnerável e os projetos perderam eficiência.

Faz-se necessário evidenciar também o caráter estrutural, histórico e sistêmico desse câncer que é a corrupção no país, pois mesmo quando alguns dos responsáveis são identificados,

raramente são punidos. Hoje isso é agravado pelo processo de escolha dos administradores dos Entes Públicos, em que pesam mais o interesse de quem patrocina a indicação e o valor do orçamento a ser administrado, do que a competência e o interesse da Instituição administrada. A este quadro, devemos acrescentar o modelo implantado na década de 90, de financiamento de campanhas eleitorais por doações de empresas que, obviamente, o fazem como investimento visando seu lucro futuro.

Não podemos ser guiados pelo espetáculo midiático, intenso e repetitivo, envolvendo os atos de corrupção de que a PETROBRÁS está sendo vítima, arrastando-a ao descrédito e à humilhação, como se fossem os únicos, numa campanha sórdida para tirá-la da condição de operadora única do pré-sal e até privatizá-la.

A AEPET sempre se manifestou em favor da transparência e do aperfeiçoamento das leis e dos modelos de gestão, e é fundamental que a Petrobrás siga esses preceitos para sua perenidade e o benefício da Sociedade Brasileira. Para tal, faz-se necessário um controle social mais eficaz.

A AEPET também defende a mudança no modelo de terceirização e de contratação implantados

a partir dos anos 90, de excessiva dependência, principalmente nas áreas de sua atividade fim e de desenvolvimento tecnológico, em que seus recursos próprios altamente qualificados estão reduzidos a fiscalizar mão de obra menos preparada e comprometida. Isso é completamente incompatível para uma Companhia intensiva em capital, de alta tecnologia, alto risco e necessidade de permanente desenvolvimento tecnológico e capacitação de pessoal.

Outro aspecto negativo da terceirização é o retrocesso representado pelo retorno à contratação dos empreendimentos da Companhia no modelo EPC (sigla em inglês da expressão Engineering, Procurement and Construction), que são contratos de amplo escopo que incluem a engenharia de detalhamento, a compra dos equipamentos e materiais, a construção e a montagem das Unidades Industriais. Esse modelo contratual de escopo tão amplo foi abandonado pela PETROBRAS na década de 60, por deixá-la refém de um único fornecedor, além de facilitar a cartelização das Empreiteiras.

Agora está se verificando que essa terceirização é a maior fonte de desvios e fraudes nos negócios da Companhia, que nos leva a questionar se

ela é a causa ou a consequência para a mudança do modelo de prestação de serviços de terceiros.

Esperamos que todos os petroleiros se juntem a esta luta e disponham da AEPET como ferramenta para que prevaleçam no País a Justiça e a Soberania Nacional, privilegiando um modelo de desenvolvimento econômico e social que, além da Petrobrás, beneficie a totalidade da sociedade e não apenas um segmento constituído por algumas pessoas e grandes empresas, nacionais ou estrangeiras.

É preciso lembrar aos brasileiros, inclusive àqueles que já defendem a privatização, que as petroleiras privadas estrangeiras são das mais corruptas e corruptoras do mundo, sendo protagonistas em deposição e assassinato de governantes e deflagração de conflitos de proporção mundial.

Esperamos que esse lamentável escândalo sirva como início de uma radical mudança na luta contra a corrupção e sua impunidade, não só pela perda e desvios econômicos, mas, também, pela deterioração ética e moral da Sociedade e a perda da confiança nas pessoas e nas Instituições, que ela acarreta. ©

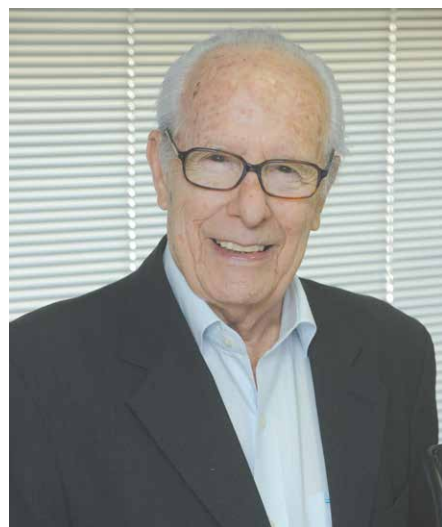
Petroquímica, sem competitividade, não interessa à Petrobrás

Setor foi privatizado e agora, em crise, empresários querem devolver o “mico”

“**D**iversas empresas nacionais de petroquímica foram para o México e até EUA, pois produzir aqui é asfíxiante. Os que investiram na época da privatização agora vão querer empurrar as plantas para quem quiser comprar”. O alerta é do vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina), Nelson Brasil, sobre os rumores de que a Petrobrás poderia recomprar unidades industriais do setor, privatizado na década de 1990.

A indústria petroquímica é um subsegmento da indústria química e importante produtora de insumos intermediários para os mais diferentes ramos industriais. O Estado exerceu um papel importante no período de implantação e consolidação da indústria petroquímica no Brasil e tinha a Petrobras Química S.A (Petroquisa), subsidiária da Petrobrás, como seu principal agente de atuação no setor estatal.

O contexto da privatização teve dois fatos importantes: o processo de ações acionárias da Petroquisa nas empresas petroquímicas, que propiciou a recomposição societária (privatização) do setor; o outro marco foi a abertura da economia brasileira. No entanto, abertura e privatização, tidos como panaceia para todos os males da economia e que na época despertaram a cobiça da iniciativa privada (principalmente estrangeira), esbarraram numa política de juros altos e câmbio desvalorizado para atrair capital externo. Este modelo inviabilizou não apenas



o setor petroquímico, como também boa parte da indústria nacional.

Agora, existe a percepção de que poderá ocorrer um retorno da Petrobrás a um setor da qual ela foi praticamente retirada. Neste período, porém, mudou a matriz, que era a base de nafta (material mais nobre e com outras utilidades) e passou para gás, inclusive o de xisto, por conta da política energética norte-americana.

Na opinião do vice-presidente da Abifina, passar da nafta para o gás não inviabilizaria as plantas industriais do setor. O problema seria de competitividade, afetada negativamente pela política econômica neoliberal, desindustrializante, que prejudica não apenas o setor químico. “Diante disso, readquirir unidades produtoras somente seria interessante para a Petrobrás se fosse a custo zero. Sair da nafta para o gás não torna as plantas obsoletas. A questão fundamental neste caso é o custo. Tanto a nafta quanto o gás estão muito mais caros no Brasil. Além disso, os demais preços da cadeia produtiva também são mais altos aqui”, critica o dirigente da Abifina,

reiterando sua crítica ao processo de desindustrialização em curso no país.

“Desde Collor e FHC, o país vive este problema. Lula ensaiou uma política industrial, que teve alguma repercussão na área farmacêutica, mas ficou por aí. Respeito boas intenções de Dilma na área social, mas faltou um projeto para a área industrial”, opina. O especialista pondera que nenhum país desenvolvido cresceu sem uma indústria pujante. “Viver do agronegócio é retornar aos tempos coloniais. Os empresários brasileiros precisam de mínimas condições para competir”.

Pelos cálculos da Abifina, somente com o dólar acima de R\$ 2,60 a indústria petroquímica começaria a ter paridade de condições com as concorrentes. “Hoje a carga tributária é o dobro da praticada nos desenvolvidos. E os juros do BNDES para investimento em áreas estratégicas são bons, mas no dia-a-dia das empresas, para capital de giro, são estratosféricos”. A Abifina alerta também

que os produtos nacionais estão sujeitos à rígida regulação, enquanto os similares estrangeiros entram “sem nenhum constrangimento” no país. “Nossas autoridades só fiscalizam o produto nacional”, resume Brasil.

Nelson Brasil cobra uma estratégia de nação ao país. “Precisamos de um projeto de desenvolvimento, com ênfase no setor industrial. Há 10 anos, a participação da indústria no PIB era de 25%. Hoje caiu praticamente à metade, com baixíssimos 13%”.

Com relação ao setor petroquímico, o vice-presidente da Abifina pondera que há preocupações peculiares que não podem ser esquecidas na hora de investir. “Investimentos elevados da petroquímica exigem cuidados, os compradores que ganharam na época da bonança agora vão querer empurrar para a Petrobrás. Ou seja, compraram em momento favorável, e agora querem vender. Talvez se doassem fosse um bom negócio, ou vender pelo preço de quem está saindo do mercado”, resumiu Brasil. ☺

Aquisições polêmicas também na petroquímica

Um ano depois da compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, a Petrobrás teria pago R\$ 2,7 bilhões pela Suzano Petroquímica, mais que o dobro da avaliação da bolsa de valores de São Paulo (R\$ 1,2 bilhão). Uma corretora de valores do Uruguai foi investigada por suspeita de ter lucrado

com informações privilegiadas envolvendo o negócio. O ex-diretor de abastecimento, Paulo Roberto Costa, estaria por trás da negociação que, na época, teve aval do Conselho de Administração.

A Petrobrás teria assumido também uma dívida da Suzano de R\$ 1,4 bilhão. O custo to-

tal foi de R\$ 4,5 bilhões. Mais de R\$ 2,8 bilhões de diferença entre o preço de mercado e o que a Petrobrás desembolsou. Pouco tempo depois de ser comprada pela Petrobrás, a Suzano petroquímica foi incorporada pela Braskem, que hoje detém a maioria do mercado petroquímico do Brasil.

Estrutura da Petrobrás limita Diretoria de Governança

Diante de tantas denúncias de atos ilícitos, que há décadas parecem estar ocorrendo na Companhia, cabe perguntar: – Onde falhou a Auditoria Interna da Petrobrás? E o que esperar da Diretoria de Governança, criada com a finalidade de apertar o cerco sobre os casos de corrupção envolvendo a Companhia? Aqueles que sabem da importância estratégica desta empresa com 61 anos de serviços prestados ao desenvolvimento do Brasil e se orgulham de seu corpo técnico esperam respostas convincentes para estas e outras perguntas.

Vale lembrar que a fragilidade do controle interno teve outra consequência, talvez mais grave: a Petrobrás, que a partir do governo FHC tem ações negociadas na bolsa de Nova Iorque, está sujeita à legislação dos Estados Unidos e neste momento é investigada por instituições norte-americanas, regidas pela lei “Sarbanes-Oxley”, promulgada em 2002. A AEPET defende que essas ADRs (como são chamados os papéis negociados em Nova Iorque) sejam recompradas, contribuindo para uma Petrobrás cada vez mais estatal e nacional, mas enquanto isto não acontece é necessário cumprir todas as regras, para que as falhas eventuais não sejam usadas contra a Companhia.

Dada essa nova realidade, a transparência tornou-se uma chave para defender a Companhia da ingerência externa ou política, ainda mais neste período em que a espionagem já detectada teve justamente na Petrobrás o seu alvo mais central.

O presidente da AEPET, Silvio Sinedino, que é representante eleito dos funcionários no Conselho de



O presidente da AEPET comenta que o ideal seria que cada diretor indicado passasse por uma seleção interna, o mesmo valendo para todos os cargos executivos.

Administração, aprova qualquer iniciativa no sentido de aperfeiçoar o controle interno, mas, em sua opinião, melhor seria a criação de uma Gerência Executiva, ligada diretamente ao Conselho de Administração, e não à Diretoria Executiva.

“A ideia foi mostrar para o mercado que o nível mais alto da gestão na Petrobrás estará olhando atentamente para o que se passa na empresa. Mas creio que o melhor seria uma gerência executiva, não submetida à direção executiva, mas ao Conselho de Administração, que é o órgão máximo da Companhia”. No entanto, critica Sinedino, além de responder à direção, o que não é desejável quando se quer garantir independência, caberá também ao novo diretor de Governança a aprovação de projetos. “Isto cria um conflito de interesses”, avalia

Governança corporativa

A governança corporativa tomou força nos anos 90, quando, de forma crescente, os fundos de pensão se tornaram donos de empresa e passaram a exigir um modelo de gestão mais autônomo e forte. No modelo anglo-saxão, é recomendada a pulverização das ações, para evitar que um grupo seletivo controle as decisões das sociedades anônimas, mas, evidentemente, não é isso que a Nação espera para a Petrobrás, cujo papel no desenvolvimento socioeconômico é dos mais relevantes para um país em desenvolvimento como o Brasil. No caso da Petrobrás, parece ter havido uma inversão de valores: o Conselho de Administração, que deve eleger a diretoria administrativa, passou a ser orientado por ela.

Segundo os teóricos da contabilidade, a boa prática da governança nas sociedades anônimas recomenda a atuação integrada entre Conselho de Administração, acionistas, conselho fiscal, auditoria e diretoria executiva.

o presidente da AEPET, apontando, ainda, para os contratos EPC, que não se mostraram eficientes para reduzir custos. “Muito pelo contrário; e ainda favoreceram a cartelização.”

Sinedino reconhece que a auditoria interna, que se mostrou insuficiente para um desempenho eficaz do controle interno, era vinculada ao Conselho de Administração, o que não configuraria novidade. No entanto, ele aponta para mudanças estruturais importantes e positivas com a nova diretoria, pois se antes o auditor interno entregava seu parecer ao Comitê de Auditoria do Conselho de Administração e este encaminhava os processos para a Diretoria Executiva, com determinações, a nova Diretoria de Governança terá poderes para se antecipar aos fatos.

“A auditoria interna funcionava

como uma espécie de ‘retrovisor’, ou seja, fiscalizava os projetos após serem aprovados. Já a nova diretoria vai verificar cada projeto antes de ser aprovado. É uma diferença fundamental, pois enquanto as medidas da auditoria são sempre de correção, o diretor de Governança vai atuar na prevenção”, pondera. “É isso que queríamos mudar, pois até aqui não havia nenhum órgão que verificasse o cumprimento de todos os procedimentos. A refinaria de Pasadina foi aprovada sem que fosse aprovado por uma direção assim. Confiou-se no diretor de cada área”, critica.

Apesar do evidente progresso, o presidente da AEPET comenta que o ideal seria que cada diretor indicado passasse por uma seleção interna, o mesmo valendo para todos os cargos executivos. ☺



Entrevista

DÉCIO BOTTECHIA JR., DA PREVI

“É preciso blindar os investimentos dos Fundos de Pensão”

Durante o 35º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão, em novembro, um grupo de 15 conselheiros de fundos como Petros, Previ, Funcef e Postalis lançaram um Manifesto reprovando o uso político dos fundos (leia em <http://www.aepet.org.br/site/noticias/preview/12025/Manifesto-reprova-uso-politico-dos-fundos-de-penso>).

E decidiram criar o primeiro Fórum de Participantes Independentes, com o objetivo de promover um colegiado em que serão discutidos e compartilhados mecanismos de blindagem dos investimentos destas fundações. Leia, a seguir, entrevista com o representante da Previ, Décio Bottechia Jr.



Na sua opinião, qual é a maior ameaça aos fundos de pensão na atualidade?

Atualmente julgo serem duas as grandes ameaças aos fundos de pensão. Em primeiro lugar estamos vivendo um cenário de curto prazo de baixo crescimento e inflação batendo no limite superior da banda permitida pela política monetária. O efeito negativo é duplo neste senti-

do, pois temos investimentos com perspectivas de baixo desempenho e por outro lado, uma meta atuarial que contém uma inflação que agrava nossas reservas matemáticas. Este cenário deve se estender para os próximos dois anos e nosso grande desafio será buscar uma gestão de investimentos capaz de otimizar o retorno considerando os riscos de um mercado mais volátil.

Em segundo lugar, acredito que

outra grande ameaça aos fundos de pensão diz respeito à ingerência política do governo na gestão de investimentos das fundações. Isso não é exclusivo do governo atual.

Historicamente, os fundos de pensão, por serem detentores de grandes reservas financeiras, se tornam alvos de interesses que não necessariamente convergem com os objetivos dos participantes no longo prazo. Neste sentido, é nosso de-

ver fiduciário buscar mecanismos de proteção aos nossos associados contra todo e qualquer indício de ingerência de grupos que tenham interesses diversos.

Como aumentar a transparência nas ações dos fundos?

Acredito que devemos lutar pelo fortalecimento dos mecanismos de controle das fundações. É necessário que estes mecanismos sejam mais independentes e dotados de ferramentas de acompanhamento de gestão que permitam o fluxo de informação tempestiva e fidedigna aos representantes dos associados nos conselhos deliberativo e fiscal. Desta forma, devemos buscar solidificar as áreas de Riscos, Controles Internos e Auditoria das fundações de forma a promover um olhar independente e sem viés dos riscos envolvidos na sua gestão. Por outro lado, nenhuma decisão de investimento ou desinvestimento deve ser realizada sem uma análise criteriosa das áreas de riscos. E digo mais, as áreas de riscos devem ser segregadas das áreas de investimentos, pois quem faz o investimento não pode avaliar riscos, sob pena de entregarmos a chave do galinheiro à raposa. Outro ponto importante recai sobre o fortalecimento das políticas de investimentos através de um estabelecimento de métricas robustas de riscos e limites claros para que sejam acompanhados periodicamente pelos conselhos deliberativos e fiscais das entidades.



“Historicamente, os fundos de pensão tornam -se alvos de interesses, que não necessariamente convergem com os objetivos dos participantes no longo prazo.”

Como tornar o participante mais ativo na gerência do patrimônio que ele ajuda a construir?

É preciso buscar o engajamento do participante no que se refere à defesa de seus interesses através de uma maior transparência na gestão de recursos dos planos. Não podemos tratar os fundos de pensão como uma caixinha preta que paga benefícios todo mês. Temos que conscientizar nossos participantes de que os fundos de pensão apresentam riscos e necessitam de controle para que seus recursos lhes garantam um benefício sustentável ao longo de sua vida pós laboral. Para isso, a construção de um canal de comunicação claro, objetivo e que fala a mesma língua que nossos associados, é fundamental. Por outro la-

do, faz-se muito importante ouvir e atender tempestivamente as dúvidas e anseios de nossos participantes.

Devemos buscar uma parceria muito importante das associações de funcionários, que servem como amplificadores das informações sobre a saúde financeira e o destino dos recursos dos fundos de pensão.

“É preciso buscar o engajamento do participante no que se refere à defesa de seus interesses através de uma maior transparência na gestão de recursos dos planos.”



A PREVIC cumpre seu papel como agente regulador? O que precisaria ser feito?

Devemos lembrar que a PREVIC é relativamente nova e sua principal função é a supervisão e fiscalização dos fundos de pensão com autonomia orçamentária, administrativa e financeira. Desde a sua institucionalização, que em termos de fiscalização, foi uma evolução importante para o sistema de previdência complementar fechada; a autarquia vem se estruturando e ao mesmo tempo aprimorando seus mecanismos de controle das fundações. E como fiscalizador, sua função deve ser autônoma e a mais independente possível com vistas a não permitir desvios de conduta de qualquer envolvido nos rumos dos fundos de pensão, sejam eles patrocinadores, governos ou dirigentes. Para tanto, seu quadro deve ser formado por técnicos de ilibada reputação e dotados de conhecimentos capazes de promover a solvência e segurança do sistema de previdência complementar dos fundos de pensão.

Quais suas expectativas quanto ao Primeiro Fórum de Participantes Independentes?

Não há dúvidas de que este fórum é um marco histórico para os principais fundos de pensão do Brasil. Para mim, é uma honra participar deste seleto grupo de dirigentes de entidades que somam mais de R\$ 200 bilhões de recursos garantidores. Será uma oportunidade única para que dirigentes sem ligações outras que não sejam com nossos associados possam promover um colegiado em que serão discutidos e compartilhados mecanismos de blindagem dos investimentos destas fundações.

Nossa prioridade zero é o associado e tenho certeza que juntos construiremos uma governança eficiente dentro de cada fundo de pensão com foco na transparência da informação e dos investimentos de forma a garantir o pagamento de benefícios de forma eficiente, segura e sustentável. ☺



Quem governará a governança?

José Augusto Ribeiro

Em sua última reunião, o Conselho de Administração da Petrobrás decidiu criar uma nova diretoria, chamada de Governança, para prevenir novos casos de corrupção nas relações entre a empresa e as fornecedoras, empreiteiras e outras empresas com as quais tiver negócios. O diretor de Governança demorará ainda algum tempo para ser escolhido, porque não será indicado por nenhum partido ou grupo político e sim sugerido por uma empresa de caça a talentos, que o procurará no mercado.

Se fôssemos procurar precedentes semelhantes, encontraríamos alguns exemplos sugestivos. No governo do Presidente Juscelino Kubitschek, de 1956 a 1961, a Novacap, estatal criada para comandar a construção de Brasília, tinha um diretor indicado pela oposição e escolhido creio que pelas bancadas oposicionistas no Congresso. A missão desse diretor era ficar de olho nas atividades da empresa, que teve o privilégio de contar com o concurso, entre seus funcionários, do próprio Oscar Niemeyer, no cargo de simples arquiteto.

No segundo governo do Presidente Getúlio Vargas, no de Juscelino, no breve governo Jânio Quadros e no governo João Goulart, tornou-se habitual a escolha de representantes de trabalhadores para postos de direção. Jânio chegou até a pedir aos sindicatos de trabalhadores a indicação de diretores de estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda).

No governo Jango, em cumprimento a uma lei que vinha do fim do governo Juscelino, vigorou em sua plenitude o modelo de administração colegiada nos institutos de previdência social, com um representante do governo, um dos empregadores e um



dos trabalhadores na direção executiva desses órgãos.

O então Instituto dos Bancários foi um caso muito expressivo. Bancários e banqueiros brigavam furiosamente nas campanhas salariais e nas greves, mas agiam unidos na direção do Instituto, para impedir que o representante do governo se excedesse em práticas de nepotismo. Depois da queda de Jango, em 1964, o novo regime acabou com a administração colegiada na previdência, alegando que ela não passava de demagogia.

Na Petrobrás, hoje investigada até por órgãos do governo dos Estados Unidos, temos e tivemos diretores indicados por partidos políticos que estão às voltas com a polícia e a justiça, um pelo menos com a cobertura da delação premiada. Por isso foi criada a nova diretoria de Governança e a expectativa é que outras diretorias não sejam mais entregues a gente indicada por partidos e grupos políticos.

Fica então a pergunta: por que buscar num mercado de contornos tão imprecisos o titular da nova dire-

toria? O mercado já tem pelo menos um dos mastodontes da vida empresarial entre os membros do Conselho de Administração da Petrobrás. Os funcionários da empresa têm apenas um representante eleito, que vem a ser o Presidente da Aepet, Sílvio Sinedino, junto ao Conselho, quando, por justiça, deveriam ter um dos seus integrando a diretoria da empresa.

O milagre que é a Petrobrás hoje e o assombro que é o Pré Sal nada devem a esses mastodontes. O Pré Sal foi prospectado e descoberto por um profissional de carreira, já aposentado e sugerido pela Aepet, não pelo mercado, para a diretoria de Exploração e Produção da Petrobrás, Guilherme Estrela. Foi ele que ousou investir tudo quanto podia nesse projeto para muitos temerário e para ele patriótico, enquanto o deputado Severino Cavalcanti, aquele que tomava dinheiro dos concessionários de lanchonetes e restaurantes da Câmara, exigia sua cabeça e a prerrogativa de indicar algum protegido para aquela diretoria que “furava poço e achava petróleo”, como ele dizia naquele linguajar folclórico de malandro do sertão.

Se acharem que os funcionários são suspeitos, por corporativismo, para um deles ser o titular da nova diretoria, por que não procurar esse diretor na sociedade civil, entre os grandes nomes que povoam suas entidades representativas? Por que não ouvir a Ordem dos Advogados ou, mais perto da Petrobrás, o Clube de Engenharia, com seus mais de cem anos de compromisso com o futuro do Brasil? E até, sem preconceito, os clubes militares, já que foram as Forças Armadas as inspiradoras das medidas pioneiras e de toda a política petrolífera dos dois governos Vargas, em defesa primeiro do ainda desconhecido e depois, com a Petrobrás, do já descoberto petróleo brasileiro.

Tão importante quanto escolher bem o diretor de Governança da Petrobrás, e até mais importante que a criação dessa diretoria, será impedir a feudalização de seus postos de direção pelos grupos partidários que criam dificuldades, sobretudo no Congresso, para vender facilidades e tempo de televisão nos horários gratuitos da Justiça Eleitoral. ☺

PROGRAMA rádio online

FAIXA LIVRE

Opinião independente

Apresentador:
Paulo Passarinho

Produção e Jornalista Responsável:
Celeste Cintra – MTB12323

Assistente de Produção:
Sandra Priori

OUÇA AO VIVO

Rádio Livre

1.440 khz AM

Segunda à Sexta de 9h às 10h27

PATROCÍNIO:

Participe:
Telefone da Rádio – (21) 2233-8822
E-mail: faixa.livre@yahoo.com.br
www.facebook.com/AEPETRJ?fref=ts